

Monitor de Transporte



Monitor de Transporte

Função: Monitor de Transporte Escolar.

Objetivos do Cargo: Inspeccionar comportamento dos alunos no ambiente escolar e durante o transporte, cuidando e zelando pela segurança destes. Controlar entrada e saída dos alunos no transporte conferindo quantidade de alunos presentes.

Atribuições das funções monitor de transporte escolar

- Acompanhar alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque, no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios;
- Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar;
- Orientar e auxiliar os alunos, quando necessário a colocarem o cinto de segurança;
- Orientar os alunos quanto ao risco de acidente, evitando colocar partes do corpo para fora da janela;
- Zelar pela limpeza do transporte durante e depois do trajeto;
- Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e deixá-los dentro do local;
- Ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos transportes;
- Verificar a segurança dos alunos no momento do embarque e do desembarque; verificar os horários dos transportes, informando aos pais e alunos;
- Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão retornando para os lares; ajudar os pais de alunos especiais na locomoção dos alunos;
- Executar tarefas afins;
- Tratar os alunos com urbanidade e respeito, comunicar casos de conflito ao responsável pelo transporte de alunos;

- Ser pontual e assíduo, ter postura ética e apresentar-se com vestimentas confortáveis e adequadas para o melhor atendimento às necessidades dos alunos.
- Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

O profissional contratado para a profissão deve ser treinado em segurança de trânsito em veículos escolares, a fim de garantir que as crianças serão bem cuidadas durante todo o trajeto.

Além disso, o monitor deve apresentar certidão negativa relativa a crimes de estupro, roubo, homicídio, tráfico de drogas, corrupção de menor e furto.

A Comissão de Viação e Transportes (CVT), responsável pela regulamentação da atividade, aprovou em 01/06/2016 a proposta que torna obrigatória a presença do monitor no transporte escolar. A exigência é feita apenas para os profissionais que transportarem crianças menores que 6 anos de idade e portadores de deficiência de qualquer idade.

A base para a mudança é a crença de que esses indivíduos não são responsáveis o suficiente para cuidar de sua própria segurança, portanto, é necessário a presença de um profissional treinado para garantir que eles sejam transportados sem problemas.

Além disso, a proposta inclui no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) a obrigatoriedade de ter fixo no interior do veículo usado a autorização para operar o serviço de transporte de alunos. A placa deve ser posta em local visível para que os agentes de trânsito possam fazer a fiscalização das informações. Em casos de ausência desse documento, a punição é o recolhimento do veículo, devido ao risco do transporte de menores sem autorização.

Dessa forma, caso a sua empresa transporte crianças de até 6 anos ou deficientes físicos de qualquer idade, é obrigatória a presença de um monitor que atenda as exigências estabelecidas no Projeto de Lei.

A presença de um monitor para auxiliar no cuidado das crianças, garantindo que elas estejam com o cinto de segurança durante todo o trajeto, bem como não briguem entre si, é algo que garante a segurança do transporte. Isso pode ser oferecido como diferencial do seu serviço e estratégia para ganhar a confiança dos pais.

Ao contratar um profissional para lidar com as crianças transportadas, você garante um transporte de qualidade, reduzindo as chances de problemas como acidentes e crianças feridas. Como elas ficam sob sua responsabilidade, ter esse benefício é importante.

Programa Nacional de Transporte Escolar

O Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), criado pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, garante o repasse automático, em caráter suplementar, de recursos para custear despesas com manutenção de veículos ou de serviços terceirizados destinados ao transporte escolar nas redes de ensino público estadual e municipal.

O programa objetiva assegurar o acesso de estudantes residentes na área rural à rede pública de ensino, contribuindo para a redução da evasão escolar nessas comunidades. Até 2008, os repasses eram destinados apenas para atender a demanda do ensino fundamental. Em 16 de junho de 2009, com a aprovação da Lei nº 11.947, o atendimento foi estendido aos estudantes da educação infantil (creches e pré-escolas) e do ensino médio.

O repasse dos recursos, feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) autarquia vinculada ao Ministério da Educação, considera para cálculo dos valores o número de alunos informado no Censo Escolar (Educacenso) do ano anterior, a posição do município na linha de pobreza e, após 2008, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), conforme determina o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O programa destinou aos estados e municípios, entre 2006 e 2008, o valor de R\$81,56 a R\$116,36 por aluno ao ano, dependendo das características de cada município. Já em 2009 o valor passou para R\$88,13 a R\$125,72

O direito à educação é previsto no artigo 6º da Constituição, que traz o rol dos direitos sociais, e também no artigo 205, que prevê tratar-se de “um direito de todos e dever do Estado e da família”, determinando que a educação deve ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dentre os princípios constitucionalmente indicados como norteadores da educação, há um que trata da necessidade de que haja “igualdade de

condições para o acesso e permanência na escola” (art. 206, I). Levando em conta que não há escolas ao lado de todas as residências, o Poder Público tem o dever constitucional de viabilizar o acesso às escolas por meio da prestação do serviço de transporte escolar. Nesse sentido, a Constituição prevê que o direito à educação será efetivado mediante ao “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (art. 208, VII).

Deste modo, tanto a carência da oferta de transporte escolar, quanto a precariedade da sua prestação – com más condições de veículos, falta de acessibilidade ou condutores despreparados – abalam significativamente o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, bem como violam a garantia de absoluta prioridade da criança, prevista no artigo 227 da Constituição.

A preocupação com a criança deve ser uma constante no planejamento estatal e em nosso cotidiano. Pensando nisso, o projeto Prioridade Absoluta criou dois modelos de documentos. Um para que qualquer cidadão questione a Prefeitura sobre a existência de políticas municipais existentes relativas ao serviço de transporte escolar, com base na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527 de 2011). E outro para recorrer ao Ministério Público, por meio de representação, no caso de violações graves e sistemáticas no transporte escolar, a fim de que este possa apurar os casos e tomar as medidas jurídicas cabíveis.

Relacionamento Interpessoal

Relacionamento interpessoal é um conceito do âmbito da sociologia e psicologia que significa uma relação entre duas ou mais pessoas. Este tipo de relacionamento é marcado pelo contexto onde ele está inserido, podendo ser um contexto familiar, escolar, de trabalho ou de comunidade.

O relacionamento interpessoal implica uma relação social, ou seja, um conjunto de normas comportamentais que orientam as interações entre membros de uma sociedade. O conceito de relação social, da área da sociologia, foi estudado e desenvolvido.

O conteúdo de um relacionamento interpessoal pode ser de vários níveis e envolver diferentes sentimentos como o amor, compaixão, amizade, etc. Um relacionamento deste tipo também pode ser marcado por características e situações como competência, transações comerciais, inimizade, etc. Um

relacionamento pode ser determinado e alterado de acordo com um conflito interpessoal, que surge de uma divergência entre dois ou mais indivíduos.

No contexto das organizações, o relacionamento interpessoal é de extrema importância. Um relacionamento interpessoal positivo contribui para um bom ambiente dentro da empresa, o que pode resultar em um aumento da produtividade. No trabalho, esse relacionamento saudável entre duas ou mais pessoas é alcançado quando as pessoas conhecem a si mesmas, quando são capazes de se colocar no lugar dos outros (demonstram empatia), quando expressam as suas opiniões de forma clara e direta sem ofender o outro (assertividade), são cordiais e têm um sentido de ética.

A sociologia estadunidense abordou de forma intensiva as questões relacionadas com relações humanas e as suas aplicações no contexto das políticas organizacionais. Estas relações humanas podem ser categorizadas em relações industriais (relativas à indústria), laborais (no ambiente de trabalho) e relações públicas (relacionamento da empresa com intervenientes do exterior).

Desenvolva um relacionamento interpessoal com muitos resultados:

Empatia – A empatia é algo que deve ser implementado em todas as relações. Colocar-se no lugar do outro é essencial para que possamos tratar nossos companheiros de profissão da melhor forma possível. Considerar a opinião e sentimento dos outros é importante para avaliarmos o impacto que causamos em quem está ao nosso redor.

Rapport – Eu sempre falo sobre rapport nos textos porque é a melhor forma de conquistar a confiança de alguém. Rapport é espelhar o comportamento de quem estamos conversando para que se identifique conosco e tenha confiança. Isso não significa que você precise mudar, mas que deve se adaptar a quem está conversando.

Diferenças – Todos nós somos diferentes. Você é diferente da sua família e amigos, por que seria igual aos colegas de trabalho? Um bom trabalho de relacionamento interpessoal consiste em entender que as diferenças são importantes para construir um ambiente mais inteligente e representativo de opiniões. Isso é bom para seu crescimento pessoal, profissional e para o crescimento da empresa.

Autoconhecimento – Como você deseja ter um bom relacionamento interpessoal se não se conhece bem? É preciso entender os seus traços de comportamento, como você lida com as diferenças, o impacto que causa na vida dos outros e o que lhe incomoda. Esse conhecimento ajuda a aprimorar suas conexões e traçar estratégias para melhorar sua comunicação.

Abordagem – Uma boa abordagem é ponto crucial em qualquer conversa. Todo mundo gosta de ser bem tratado. Eu, por exemplo, não gosto de falar “bom dia”, “boa tarde” etc. Acho uma frase um pouco solta. Porém, isso não significa que vou abordar as pessoas negativamente. Pelo contrário, quero construir um bom relacionamento interpessoal com todos. Então, busco outras abordagens que sejam ainda mais cordiais e isso traz um impacto positivo às pessoas.

Fale sobre si – Em um bom relacionamento interpessoal, você precisa saber como falar de si mesmo. Impor sua opinião na marra, por exemplo, não é bom para construir boas conexões. No Criando Palestras e Apresentações, por exemplo, eu ensino diversas estratégias de como fazer isso de forma natural e, muitas vezes, até concordando com uma opinião controversa a sua – o que gera muito rapport.

Ouçá o outro – Comunicação é uma via de mão dupla. Portanto, você deve estar preparado para ouvir opiniões contrárias e visões de mundo diferentes. Então, tente ouvir o que os outros tem a te dizer. Esse é um exercício difícil, mas que pode te trazer muitos resultados.

A relação interpessoal é a forma como as pessoas lidam com o seu meio social — seja no ambiente familiar, na escola ou no trabalho. Problemas de relacionamento geram conflitos e afetam diretamente o desempenho das atividades.

Nesse sentido, o bom relacionamento interpessoal na escola é tão importante quanto as atividades em si.

Isso porque uma pessoa que desenvolve suas habilidades, mas não consegue se relacionar, dificilmente usará todo seu potencial e gerar bons resultados.

Depois do ambiente familiar, a escola é o local que mais impacta na vida de uma criança e na formação da sua personalidade. Por representarem uma figura de autoridade, os professores são os grandes exemplos, e cada movimento positivo ou negativo reflete diretamente nos alunos.

Quando constroem relações harmoniosas, os professores incentivam e estimulam os alunos a fazerem o mesmo, criando um ambiente favorável ao ensino, ao aprendizado e às trocas humanas.

Caso não tratem todos os alunos da mesma maneira, entretanto, os professores podem incentivar o sentimento de rejeição, incapacidade e baixa autoestima, além de favorecer a competitividade entre os alunos.

- Estimule momentos de conversa e de descontração em família;
- Dê feedbacks positivos quando seu filho acertar, mostrando que ele é dotado de inúmeras capacidades. Fale sempre que acredita no potencial da criança;
- Ensine Inteligência Emocional para as crianças, explicando como as emoções funcionam e se manifestam. Incentive seus filhos a falarem sobre como estão se sentindo;
- Não rotule as crianças com frases como “você é mal-educado”, “você é mentiroso” ou “você não merece”. As pessoas não SÃO, elas ESTÃO. Mostre que, naquele momento, ele está tendo comportamentos de uma pessoa mentirosa, mas que isso não significa que ele seja mentiroso;
- Ao fazer uma crítica, sempre explore possíveis soluções com a criança;
- Peça perdão quando errar, e explique o motivo pelo qual cometeu o erro — ensine seu filho a se desculpar e a perdoar;
- Saiba lidar com as limitações das pessoas que convivem com você, mostrando ao seu filho que todas as pessoas têm limitações e que devemos respeitá-las.
- Confeccionar crachás é uma forma de trabalhar o respeito ao próximo. Oriente seus alunos a escrever suas características principais, como: nome, apelido (se tiver), o que o deixa feliz, o que o chateia e seu maior sonho. O crachá deverá ser usado por alguns dias, e todos os membros do grupo devem ficar atentos para os gostos dos outros;
- Elabore um mural que contenha os nomes de todos os integrantes do grupo e pequenos círculos em EVA nas cores vermelho, verde e amarelo. A cor vermelha representa irritação e nervosismo, enquanto o verde significa felicidade e calma, e o amarelo aponta tristeza e chateação. Peça para que

os alunos coleem, ao lado do seu nome, a cor que representa seu estado de espírito no momento.

Se ao longo do dia o sentimento mudar, a pessoa deverá colar outra bolinha indicando o novo estado emocional.

Ao identificar que alguém está triste, irritado ou com problemas, questione o restante do grupo sobre o que pode ser feito para alegrar aquela pessoa.

Esta é uma atividade que estimula todos a refletirem sobre os sentimentos alheios e o quanto podem ser solidários às pessoas que precisam de conforto e apoio.

Conte a história utilizando o recurso que preferir: lendo o livro, projetando em slides ou dramatizando.

A história trata de dois homens, o Teimosinho e o Mandão, que estão sentados cada um em seu barril de pólvora, com uma vela acesa na mão. Cada um quer que o outro apague a própria vela primeiro, nenhum dá o braço a torcer e ficam nessa discussão por muito tempo.

Durante a discussão a raiva e a implicância de um com o outro só vai aumentando. Implicam com a cor da roupa do outro, com a voz e nessa implicância vão se abastecendo de munições e explosivos juntados ao lado dos barris de pólvora. Até que de repente, um deles dá um espirro sem querer e a vela então cai junto aos explosivos que de uma só vez leva tudo pelos ares. Era uma vez um Teimoso e era uma vez um mandão.

Depois da história proponha uma discussão com as crianças sobre o que aconteceu com os dois homens da história e sobre os motivos que os levaram a agir da forma como agiram.

Sugestão de questões para a discussão:

O que vocês acharam da história?

Por que os dois homens brigavam tanto?

Eram mesmo motivos que mereciam tantas brigas?

E vocês? Já se sentiram assim?

Com muita raiva como os dois?

O que aconteceu?

Outras questões podem aparecer de acordo com as falas das crianças.

Noções de Primeiros Socorros

Antes de mais nada, você precisa manter a calma, para conseguir agir sem pânico, mas com rapidez e precaução.

Outra recomendação que aplica-se para qualquer situação de emergência, após avaliar a gravidade do acontecimento, é comunicar os órgãos de saúde (SAMU/192, Corpo de bombeiros/193, Polícia/190).

Primeiramente, você deve observar se a vítima apresenta ausência de movimentos do tórax, respiração e pulsação, além de algum arroxamento do rosto e unhas, baixa temperatura corporal, imobilidade e inconsciência.

Não tente reanimar a vítima oferecendo alimentos ou bebidas.

Coloque a pessoa de costas para o chão, mas com muito cuidado.

Posicione as mãos sobre a região inferior do osso vertical externo, localizado no centro do peito. Inicie uma massagem cardíaca, pressionando o tórax com intervalos de tempo curtos.

Peça para que outra pessoa realize a respiração boca a boca, estendendo a cabeça da vítima para trás, evitando que o pescoço se dobre. Feche as narinas da vítima e abra a boca da mesma, posicionando os lábios contra os dela. Encha o pulmão da vítima de ar, inflando os pulmões dela.

Faça esse procedimento (1 sopro a cada 5 pressões) até que o coração da vítima volte a bater.

Em caso de queimaduras

Primeiramente, isole a vítima do local em que foi acidentada. Lave a área queimada com água corrente limpa, retirando qualquer tecido que esteja no local que foi queimado.

Proteja a queimadura com um pano e tecido limpo, mantendo a região elevada para evitar inchaço. Em seguida, procure um hospital.

Em caso de fraturas

Caso a fratura seja exposta, você deve cobrir o local com uma gaze ou pano limpo. Não tente realinhar o membro ou retornar o osso, pois isso pode chegar a agravar a situação.

Imobilize a região, deixando-a apoiada em uma tábua ou papelão, envolvendo com uma faixa.

Acidentes acontecem. Uma criança pode engasgar com objetos pequenos, ou alguém pode ser picado por uma abelha. É importante saber quando a emergência.

Enquanto se espera pela ajuda profissional chegar, você pode ser capaz de salvar a vida de alguém, com algum entendimento de primeiros socorros. Ressuscitação cardiopulmonar (CPR) é para as pessoas cujos corações ou respiração pararam e deve ser feito apenas por pessoas que fizeram o treinamento. A manobra de Heimlich são para pessoas que estão sufocando.

Você também pode aprender a lidar com lesões comuns e feridas. Cortes e arranhões, por exemplo, devem ser lavados com água fria. Para parar a hemorragia, aplique pressão firme, mas suave, usando gaze. Se o sangue ensopar a gaze, adicione mais gaze, mantendo a primeira camada no local. Continue aplicandopressão.

É importante ter um kit de primeiros socorros disponíveis. Mantenha um em casa e uma em seu carro. Ele deve incluir um guia de primeiros socorros.

Se todos soubessem noções básicas de primeiros socorros muitas vidas poderiam ser salvas. Iremos apresentar alguns procedimentos que poderão auxiliá-lo em caso de emergência.

O objetivo dos Primeiros Socorros é de manter o paciente com vida ou até a chegada de socorro médico apropriado ou até que o ferido chegue até um local onde possa ser dado o devido atendimento.

É importante mencionar que a prestação de primeiros socorros não deve ser um ato que comprometa a sua vida ou a vida do paciente e, logicamente, não exclui a importância de um médico.

Ferimentos

Limpe as mãos com água e sabão, se possível utilize uma luva. Lave o ferimento com água, desinfete com água oxigenada. Se houver algum corpo estranho (caco de vidro, farpa, espinho, etc.) remova-o com a pinça apenas se

o objeto foi pequeno e se puder fazei-lo com facilidade, se não, deixe esta tarefa para o médico. Depois da aplicação de água oxigenada, seque o ferimento com um pouco de algodão e aplique um anti-séptico(Povidine, por exemplo). Se o ferimento for pequeno cubra com um Band-Aid, se for maior coloque uma atadura de gaze esterilizada e prenda com esparadrapo.

Temperatura

A temperatura é o grau do calor que o corpo possui. Quando a temperatura de uma pessoa está alta (o normal está entre 36,5 e 37 graus centígrados), dizemos que ela está com febre.

A febre, em si mesma, não é uma doença, mas pode ser o sinal de alguma doença. Pode-se identificar vários sintomas de febre: Sensação de frio; Mal-estar geral; Respiração rápida; Rubor de face; Sede; Olhos brilhantes e lacrimejantes ou Pele quente.

A febre alta é perigosa, pois pode provocar delírios e convulsões. Quando uma pessoa tiver febre, podem-se tomar as providências a seguir. Se estiver acamada, retire o lençol ou cobertor. Se for criança pequena, desagasalhe-a, deixando apenas roupa leve até que a temperatura chegue ao normal. Ofereça líquidos à vítima. Toda pessoa com febre deve beber bastante líquido, como sucos. É importante saber quando a febre começa, quanto tempo ela dura e como acaba, para melhor informar ao médico.

Ponha panos molhados com água e álcool (meio a meio) sobre o peito e a testa. Troque-os com frequência, para mantê-los frios, e continue fazendo isso até que a febre abaixe. Se houver condições, dê um banho morno prolongado, em bacia, banheira ou chuveiro. Você pode ter idéia da temperatura colocando as costas de uma de suas mão na testa da pessoa doente e a outra na sua testa. Se a pessoa doente tiver febre, você sentirá a diferença. A febre muito alta e persistente é perigosa, você deverá procurar socorro médico o quanto antes.

Entorse

Os ossos do esqueleto humano estão unidos aos outros através dos músculos, mas as superfícies de contato são mantidas umas de encontro às outras por meio dos ligamentos. A vítima de entorse sente dor intensa na articulação afetada. Acompanhando a dor, surge o edema (inchação).

Quando os vasos sangüíneos são rompidos, a pele da região pode ficar, de imediato, com manchas arroxeadas. Quando a mancha escura surge 24 ou 48 horas após o acidente, pode ter havido fratura e, nesses casos, deve-se providenciar ajuda médica, de imediato. As entorses mais comuns são as do punho, do joelho e do pé.

O Socorrista de uma vítima com entorse deve imobilizar a articulação afetada como no caso de uma fratura, e pode colocar gelo ou compressas frias no local antes da imobilização. Podemos também imobilizar a articulação através de enfaixamento, usando ataduras ou lenços.

Não se deve permitir que a vítima use a articulação machucada. Após o primeiro dia, podem-se fazer compressas quentes e mergulhar a parte afetada em água quente, na temperatura que a vítima suportar.

Fazendo aplicações de calor várias vezes por dia e mantendo-a imóvel, a articulação atingida por uma entorse normalmente recupera-se dentro de uma semana. Isso se não houver outras complicações, como derrame interno, ruptura dos ligamentos ou mesmo uma fratura. Vale a pena consultar o médico e providenciar um exame mais completo.

Hemorragias

É a perda de sangue devido ao rompimento de um vaso sangüíneo, requer intervenção médica imediata.

Hemorragia externa – É resultante de um ferimento com exteriorização sangüínea. Primeiros socorros: Compreensão da área afetada e elevação de membro. Ao contrário do que vemos em muitos filmes não se deve aplicar nenhuma forma de torniquete, a excessão é apenas quando um membro é amputado ou esmagado.

Hemorragia interna – É resultante de um ferimento profundo com lesão de órgão interno. Sintomas: Pulso fraco e rápido; Pele fria; Sudorese; Sede; Tonteira.

Tipos de hemorragia interna

Estomatorragia – Hemorragia proveniente da boca. Primeiros socorros: Dar líquidos gelado para a vítima beber.

Metrorragia – Hemorragia por via vaginal Sintomas: Perda anormal de sangue pela vagina entre os períodos menstruais. Causas: Abortamento, gravidez ectópica (nas trompas); violência sexual; tumores; retenção de membrana placentárias no parto; ruptura urinária no parto; traumatismo no parto. Primeiros socorros: Manter a vítima em repouso; Aplicar compressas geladas ou bolsas de gelo sobre o baixo ventre; providenciar socorro médico.

Hemoptise – Hemorragia proveniente dos pulmões. Sintomas: O sangue sai em golfadas pela boca, vermelho vivo e espumoso. Primeiros socorros: Bolsa de gelo no tórax; Deitar a vítima de forma que a cabeça fique mais baixa que o corpo; elevando os braços e pernas.

Hematêmese – Hemorragia proveniente do estômago. Sintomas: O sangue sai pela boca como se fosse borra de café, pode vir ou não com restos de alimentos. Primeiros socorros: Bolsa de gelo abaixo do umbigo.

Otórragia – Hemorragia proveniente do ouvido. Primeiros socorros: Compressão à distancia (temporal ou facial). Tapar com algodão ou gaze seco Composta.

TCE (traumatismo crânio encefálico) – Sangra pouco e o sangue sai com liquor. Primeiros socorros: Lateralizar a cabeça de forma que o sangue saia.

Epistaxe – Hemorragia proveniente do nariz. Primeiros socorros: Tapar com algodão ou gaze seco. Comprimir a narina.

Afogamento

Afogar-se não é risco exclusivo dos que não sabem nadar. Muitas vezes até um bom nadador se vê em apuros por algum problema imprevisto: uma cãibra, um mau jeito, uma onda mais forte. Outras vezes a causa é mesmo a

imprudência de quem se lança na água sem saber nadar. E pode ocorrer, ainda, uma inundação ou enchente, daí surgindo vítimas de afogamento.

Existem dois tipos de materiais que servem para auxiliar a retirar da água uma vítima de afogamento: Materiais nos quais a vítima pode agarrar-se para ser resgatada: cordas, pedaços de pau, remo, etc.; materiais que permitem que a vítima flutue até chegar o salvamento: barcos, pranchas, bóias, etc.

Evidentemente ninguém irá atirar-se à água ao primeiro grito de socorro que ouvir. Você deve proceder de modo exposto a seguir. Providencie uma corda, barco, bóia ou outro material que possa chegar até a vítima.

Caso não disponha de nada disso, parta para outras alternativas. Se souber nadar bem, procure prestar socorro adequadamente. Verifique a existência ou não de correnteza ou de água agitadas. Certifique-se do estado da vítima: se está imóvel ou debatendo-se. Mesmo os melhores nadadores encontrarão dificuldades em nadar contra uma correntezas e águas agitadas e qual a melhor maneira de chegar até a vítima.

Uma vítima de afogamento pode estar desacordada quando o salvamento chegar. Se não estiver inconsciente e desacordada, certamente estará em pânico e terá grandes dificuldades de raciocinar. Procure segurá-la por trás, de forma que a mesma não possa se agarrar a você e impedi-lo de nadar.

Quando você chegar à margem com a vítima, seu trabalho de salvamento ainda não terá terminado. Caso o afogado esteja consciente e só tenha engolido um pouco de água, basta confortá-lo e tranquilizá-lo. Se estiver sentindo frio, procure aquecê-lo. Em qualquer circunstância, é aconselhável encaminhá-lo a Socorro médico.

Se a vítima, no entanto, estiver inconsciente, é muito provável que apresente a pele arroxeada, fria e ausência de respiração e pulso. Nesses casos, a reanimação tem de ser rápida e eficiente; pode começar a ser feita enquanto você estiver retirando a vítima da água.

Vire-a e passe a aplicar-lhe a respiração boca-a-boca. Se necessário, faça também massagem cardíaca. Assim que a vítima estiver melhor e consciente, providencie sua remoção para um hospital. Em termos técnicos: É um acidente de asfixia, por imersão prolongada em um meio líquido com inundação e enxarcamento alveolar. O termo asfixia, indica concomitância de um baixo nível de oxigênio e um excesso de gás carbônico no organismo. Classificação e sintomas do grau de afogamento:

Grau I ou Benigno: É o chamado afobado. É aquele que entra em pânico dentro d'água, ao menor indicio de se afogar. Esse afogado, muitas das vezes, não chega a aspirar a água, apenas apresenta-se:

1. Nervoso – Cefaléia (dor de cabeça) – Pulso rápido, Náuseas/vômitos, Pálido, Respiração e Trêmulo. Primeiros Socorros: Muitas das vezes, o afogado é retirado da água, não apresentando queixas. Neste caso, a única providência é registrá-lo e orientá-lo. Repouso e Aquecimento.
2. Grau II ou Moderado: Neste caso já são notadas sinais de agressão respiratória e por vez, repercussão no Aparelho Cárdio-Circulatório, mas consciência mantida. Os sintomas são: Ligeira Cianose, Secreção Nasal e Bucal com pouca espuma, Pulso Rápido, Palidez, Náuseas/vômitos, Tremores ou Cefaléia. Primeiros Socorros: Repouso, Aquecimento, Oxigênio e observação em algum Centro Médico.
3. Grau III ou Grave: Neste caso o afogado apresenta os seguintes sintomas: Cianose, Ausento de secreção Nasal e Bucal, Dificuldade Respiratória, Alteração Cardíaca e Edema Agudo do Pulmão Sofrimento do Sistema Nervoso Central. Primeiros Socorros: Deitar a vítima em decúbito dorsal e em declive, Aquecimento, Hiper-estender o pescoço, Limpar a secreção Nasal e Bucal – Providenciar remoção para algum Centro Médico
4. Grau IV ou Gravíssimo: A vítima apresenta-se em parada Cárdio-Respiratória, tendo como sintomas: Ausência de Respiração, Ausência de Pulso, Midríase Paralítica, Cianose e Palidez. Primeiros Socorros: Desobstrução das Vias Aéreas Superiores, Apoio Circulatório Apoio Respiratório, Providenciar remoção para algum Centro Médico.

Choque elétrico

Os choques elétricos podem acontecer com freqüência, mesmo porque vivemos cercados por máquinas, aparelhos e equipamentos elétricos. Em casos de alta voltagem, os choques podem ser fortes e causar queimaduras fortes ou até mesmo a morte.

Os choques causados por correntes elétricas residenciais, apesar de apresentarem riscos menores, devem merecer atenção e cuidado. Em qualquer acidente com corrente elétrica, o tempo gasto para prestar socorro é fundamental.

Qualquer demora poderá ocasionar sérios problemas. Muitas vezes a pessoa que leva um choque elétrico fica presa à corrente elétrica. Não toque na vítima sem antes desligar a corrente elétrica. Se o Socorrista tocar na pessoa, a corrente irá atingi-lo também. Por isso, é necessário tomar todo o cuidado.

Antes de mais nada, o Socorrista deve desligar a chave geral ou tirar os fusíveis. Se por acaso não for possível tomar nenhuma dessas providências,

há ainda alternativas: afastar a vítima do fio elétrico com um cabo de vassoura ou com uma vara de madeira, bem secos. Antes, porém, verifique se os seus pés estão secos e se você não está pisando em chão molhado.

Para afastar a vítima, use algum material que não conduza corrente elétrica, como por exemplo, madeira seca, borracha, etc. Em seguida, inicie imediatamente o atendimento à vítima.

Deite-a e verifique se ela está respirando, ou se precisa de respiração artificial e/ou massagens cardíacas. Se necessário, aja imediatamente. Observe se a língua não está bloqueando a passagem do ar. Logo após, verifique se a vítima sofreu alguma queimadura. Cuide das queimaduras, de acordo com o grau que elas tenham sido atingidas. Tendo prestado os primeiros socorros você deve providenciar a assistência médica.

As correntes de alta tensão passam pelos cabos elétricos que vemos nas ruas e avenidas. Quando ocorre em fios de alta tensão, na rua, só a central elétrica pode desligá-los. Nestes casos, procure um telefone e chame a central elétrica, os bombeiros ou a polícia. Indique o local exato em que está ocorrendo o acidente. Procedendo desta maneira você poderá evitar novos acidentes.

Enquanto a corrente não for desligada, mantenha-se afastado da vítima, a uma distância mínima de 4 metros. Não deixe que ninguém se aproxime ou tente ajudá-la. Somente após a corrente de alta tensão ter sido desligada você deverá socorrer a vítima.

Convulsão epilética

A crise convulsiva caracteriza-se pela perda repentina de consciência, acompanhada de contrações musculares violentas. A vítima de uma crise convulsiva sempre cai e seu corpo fica tenso e retraído. Em seguida ela começa a se debater violentamente e pode apresentar os olhos virados para cima e os lábios e dedos arroxeados.

Em certos casos, a vítima baba e urina. Estas contrações fortes duram de dois a quatro minutos. Depois disto, os movimentos vão enfraquecendo e a vítima recupera-se lentamente. A crise convulsiva pode acontecer em consequência de febre muito alta, intoxicação ou, ainda, devido a epilepsia ou lesões no cérebro.

Diante de um caso de convulsão, tome as providências seguintes:

1. Deite a vítima no chão e afaste tudo o que esteja ao seu redor e possa machucá-la (móveis, objetos, pedras, etc.) não impeça os movimentos da vítima.
2. Retire as próteses dentárias, óculos, colares e outras coisas que possam se quebradas ou machucar a vítima.
3. Para evitar que a vítima morda a língua ou se sufoque com ela, coloque-lhe um lenço ou pano dobrado na boca entre os dentes.
4. No caso de a vítima já ter cerrado os dentes, não tente abrir-lhe a boca.
5. Desaperte a roupa da vítima e deixe que ela se debata livremente; coloque um pano debaixo de sua cabeça, para evitar que se machuque. A pessoa que está tendo convulsões apresenta muita salivação. O estado de inconsciência não permite que ela engula a saliva.

Por isso, é preciso tomar mais uma providência para evitar que fique sufocada: deite-a com a cabeça de lado e fique segurando a cabeça nesta posição. Desta forma a saliva escoará com facilidade. Não dê a vítima nenhuma medicação ou líquido pela boca, pois ela poderá sufocar.

Cessada a convulsão, deixe a vítima em repouso até que recupere a consciência. Após a convulsão, a pessoa dorme e este sono pode durar segundo ou horas. Coloque-a na cama ou em algum lugar confortável e deixe-a dormir.

Em seguida, encaminhe-a à assistência médica. Nunca deixe de prestar socorro à vítima de uma crise epilética convulsiva, pois sua saliva (baba) não é contagiosa.

Insolação

Pode manifestar-se de diversas maneiras: subitamente, quando a pessoa cai desacordado, maneando a pulsação e a respiração; ou após o aparecimento de sintomas e sinais como tonturas, enjôos, dor de cabeça, pele seca e quente, rosto avermelhado, febre alta, pulso rápido e respiração difícil.

Os sintomas e sinais de insolação nem sempre aparecem ao mesmo tempo. Normalmente podemos verificar apenas alguns. O importante então é que você saiba exatamente o que fazer no caso de uma pessoa passar muito tempo exposta ao sol e apresentar algum sinal de insolação.

Enquanto você aguarda o socorro médico, procure colocar a vítima à sombra, fazer compressas frias sobre a sua cabeça e envolver seu corpo em toalhas

molhadas. Isso é feito para baixar a temperatura. Em seguida deite a pessoa de costas, apoiando a cabeça e os ombros para que fiquem mais altos que o resto do corpo.

O ideal é que a temperatura desça lentamente, para que não ocorra o colapso, próprio de quedas bruscas de temperatura. Após ter prestado os primeiros socorros, deve-se procurar ajuda médica, com urgência.

Queimaduras

Denomina-se queimadura toda e qualquer lesão ocasionada no organismo humano pela ação curta ou prolongada de temperaturas extremas sobre o corpo humano. As queimaduras podem ser superficiais ou profundas e é possível dividi-las em diferentes tipos, de acordo com a gravidade.

A gravidade de uma queimadura não se mede somente pelo grau de lesão, mas também pela extensão da área atingida. São consideradas grandes queimaduras aquelas que atingem mais de 15% do corpo, no caso de adultos. Para crianças de até 10 anos, são considerados grandes queimaduras aquelas que atingem mais de 10% do corpo.

Para avaliar melhor a gravidade de uma queimadura, você pode adotar a tabela abaixo

Cabeça	9%
Pescoço	1%
Tórax e abdômen, inclusive órgãos genitais	18%
Costas e região lombar	18%
Membro superior direito (braço)	9%
Membro superior esquerdo (braço)	9%
Membro inferior direito (perna)	18%
Membro inferior esquerdo (perna)	18%

Se o socorrista souber classificar uma grande queimadura e encaminhar a vítima para um pronto socorro, já será de grande valia. Vamos conhecer e especificar cada caso e saber como agir em cada um deles.

Os primeiros socorros dependem muito da extensão e causa do ferimento, pequenas queimaduras podem ser colocadas sob água corrente apenas, em nenhum caso o uso de óleos ou pomadas não é recomendado. Também não se deve furar bolhas e, em acidentes automobilísticos, não se deve dar nenhum líquido sem antes avaliar outras possíveis lesões.

Queimadura por fogo

Quando a queimadura for causada por fogo e as roupas estiverem se incendiando, a primeira providência é, naturalmente, apagar o fogo.

Dependendo do local do acidente e dos recursos disponíveis, de imediato pode-se usar um cobertor para sufocar as chamas ou rolar a vítima no chão. Se as queimaduras atingirem o tórax, abdômen ou costas, pode-se jogar água fria sobre as feridas, para aliviar as dores. Em seguida, remover a vítima para um hospital. Se a vítima estiver consciente, dê-lhe bastante líquido para beber: água, chá ou sucos. Anime-a e tranquilize-a.

Queimadura por substâncias químicas (tintas, ácidos, detergentes, etc.)

Antes de cuidar dos ferimentos, é preciso verificar se a substância química não reage com água ao invés de ser dissolvida por ela, só neste último caso é que molhamos todas as peças de roupa que estejam impregnadas pela substância para remove-las sem causar maiores danos. Isso porque o contato com a roupa pode gerar novas queimaduras. Depois, devemos lavar o local queimado com água em abundância, durante 10 a 15 minutos, para que não reste qualquer resíduo da substância química e, em seguida, proteger as feridas com gaze ou pano limpo. A queimadura nos olhos é um caso muito especial. A ação deve ser rápida, para evitar a perda parcial o total da visão. Neste caso, devemos lavar o olho da vítima com bastante água. Depois que a ferida estiver limpa, deve-se colocar sobre ela um curativo de gaze ou pano limpo.

Corpos estranhos

Pequenas partículas de poeira, carvão, areia ou limalha, grãos diversos, sementes ou pequenos insetos (mosquitos, formigas, mosca, besouros, etc.), podem penetrar nos olhos, no nariz ou nos ouvidos. Se isso ocorrer, tome os seguintes cuidados:

Olhos – Nunca esfregue o olho, não tente retirar corpos estranhos no globo ocular.

Primeiras providências Faça a vítima fechar os olhos para permitir que as lágrimas lavem e removam o corpo estranho. Se o processo falhar, lave bem as mãos e adote as seguintes providências: pegue a pálpebra superior e puxe para baixo, sobre a pálpebra inferior, para deslocar a partícula; Irrigue o olho com água limpa, de preferência usando conta-gotas peça à vítima para pestanejar.

Se, ainda assim não resolver passe às terceiras providências: Puxe para baixo a pálpebra inferior, revirando para cima a pálpebra superior, descoberto o corpo estranho, tente retirá-lo com cuidados, tocando-o de leve com a ponta úmida de um lenço limpo. Se o cisco estiver sobre o globo ocular, não tente retirá-lo. Coloque uma compressa ou pano limpo e leve a vítima ao médico. Os mesmos cuidados devem ser tomados quando se tratar de corpo estranho encravado no olho.

Nariz – Comprima com dedo a narina não obstruída. Com a boca fechada tente expelir o ar pela narina em que se encontra o corpo estranho. Não permita que a vítima assoe com violência. Não introduza instrumentos na narina (arame, palito, grampo, pinça etc.). Eles poderão causar complicações. Se o corpo estranho não puder ser retirado com facilidade, procure um médico imediatamente.

Ouvidos – Não introduza no ouvido nenhum instrumento (ex.: arame, palito, grampo, pinça, alfinete), seja qual for a natureza do corpo estranho a remover. No caso de pequeno inseto, o socorro imediato consiste em colocar gotas de azeite ou óleo comestível no ouvido, a fim de imobilizar e matar o inseto. Conserve o paciente deitado de lado, com o ouvido afetado voltado para cima. Mantenha-o assim, com o azeite dentro, por alguns minutos, após os quais deve ser mudada a posição da cabeça para escorrer o azeite. Geralmente, nessa ocasião, sai também o inseto morto. Se o corpo estranho não puder ser retirado com facilidade, o melhor mesmo é procurar logo um médico.

Parada cárdio-respiratória

Além de apresentar ausência de respiração e pulsação, a vítima também poderá apresentar inconsciência, pele fria e pálida, lábio e unhas azulados.

O que não se deve fazer

Não dê nada à vítima para comer, beber ou cheirar, na intenção de reanimá-la.

Só aplique os procedimentos que se seguem se tiver certeza de que o coração não está batendo.

Procedimentos Preliminares

Se o ferido estiver de bruços e houver suspeita de fraturas, mova-o, rolando o corpo todo de uma só vez, colocando-o de costas no chão. Faça isso com a

ajuda de mais duas ou três pessoas, para não virar ou dobrar as costas ou pescoço, evitando assim lesionar a medula quando houver vértebras quebradas. Verifique então se há alguma coisa no interior da boca que impeça a respiração. Se positivo, retire-a. Mantenha a pessoa aquecida e acione o serviço de emergência tão logo quanto possível.

Ressuscitação cárdio-pulmonar

Com a pessoa no chão, coloque uma mão sobre a outra e localize a extremidade inferior do osso vertical que está no centro do peito.

Ao mesmo tempo, uma outra pessoa deve aplicar a respiração boca-a-boca, firmando a cabeça da pessoa e fechando as narinas com o indicador e o polegar, mantendo o queixo levantado para esticar o pescoço. Enquanto o ajudante enche os pulmões, soprando adequadamente para insuflá-los, pressione o peito a intervalos curtos de tempo, até que o coração volte a bater.

Esta seqüência deve ser feita da seguinte forma: se você estiver sozinho, faça dois sopros para cada dez pressões no coração; se houver alguém ajudando-o, faça um sopro para cada cinco pressões.

Fraturas

Fratura é uma lesão em que ocorre a quebra de um osso do esqueleto. Há dois tipos de fratura, a saber: a fratura interna e a fratura exposta.

Fratura interna (ou fechada) – Ocorre quando não há rompimento da pele. Suspeitamos de que há fratura quando a vítima apresenta: Dor intensa; Deformação do local afetado, comparado com a parte normal do corpo; Incapacidade ou limitação de movimentos; Edema (inchaço) no local; este inchaço poderá ter cor arroxeada, quando ocorre rompimentos de vasos e acúmulo sangue sob a pele (hematoma); Crepitação, que provoca a sensação de atrito ao se tocar no local afetado. A providência mais recomendável a tomar nos casos de suspeita de fratura interna é proceder à imobilização, impedindo o deslocamento dos ossos fraturados e evitando maiores danos.

Como imobilizar:

Não tente colocar o osso “no lugar”; movimente-o o menos possível. Mantenha o membro na posição mais natural possível, sem causar desconforto para a vítima.

Improvise talas com o material disponível no momento: uma revista grossa, madeira, galhos de árvores, guarda-chuva, jornal grosso e dobrado.

Acolchoar as talas com panos ou quaisquer material macio, a fim de não ferir a pele.

O comprimento das talas deve ultrapassar as articulações acima ou abaixo do local da fratura e sustentar o membro atingido; elas devem ser amarradas com tiras de pano em torno do membro fraturado.

Não amarrar no local da fratura. Toda vez que for imobilizar um membro fraturado, deixe os dedos para fora, de modo a poder verificar se não estão inchados, roxos ou adormecidos.

Se estiverem roxos, inchados ou adormecidos, as tiras devem ser afrouxadas.

Em alguns casos, como no da fratura do antebraço, por exemplo, deve-se utilizar um tipóia, use uma bandagem triangular ou dobre um lenço em triângulo (seu lenço escoteiro por exemplo), envolvendo o antebraço, e prenda as pontas deste atrás do pescoço da vítima.

Muitos cuidados devem ser tomados em relação à vítima com perna fraturada. Não deixe que ela tente andar. Se for necessário transportá-la, improvise uma maca e solicite a ajuda de alguém para carregá-la. Nos casos de fraturas de clavícula, braço e omoplata, bem como lesões das articulações de ombro e cotovelo, deve-se imobilizar o osso afetado colocando o braço dobrado na frente do peito e sustentando-o com uma atadura triangular dobrada.

Fratura exposta (ou aberta) – A fratura é exposta ou aberta quando o osso perfura a pele. Nesse caso, proteja o ferimento com gaze ou pano limpo antes de imobilizar, a fim de evitar a penetração de poeira ou qualquer outras substância que favoreça uma infecção. Não tente colocar os ossos no lugar. Ao contrário, evite qualquer movimento da vítima. Procure atendimento médico imediato.

Fraturas especiais – Há casos que exigem cuidados especiais. São as fraturas de crânio, coluna, costelas, bacia e fêmur. É muito importante que o socorrista saiba identificar os sintomas e sinais prováveis de cada uma dessas fraturas.

Fratura do crânio – Dores, inconsciência, parada respiratória, hemorragia pelo nariz (Epistaxe), boca (Estomatorragia) ou ouvido (otorragia)

Fratura de coluna – Dores, formigamento e incapacidade de movimento dos membros (braços e pernas).

Fratura de costelas – Respiração difícil, dor a cada movimento respiratório.

Fratura de fêmur e bacia – dor no local, dificuldade de movimentar-se e de andar. Ao suspeitar de uma dessas fraturas:

Primeiro Socorros: Mantenha a vítima imóvel e agasalhada; não mexa nem permita que ninguém mexa na posição da vítima até a chegada de pessoal habilitado (médico ou enfermeiro); caso não seja possível contar com pessoal habilitado, transporte a vítima sem dobrá-la, erguendo-a horizontalmente com a ajuda de três pessoas. Coloque a vítima deitada de costas sobre uma superfície dura, como: maca, porta, tábuas, etc. Observe a respiração e verifique o pulso da vítima. Se necessário, faça massagem cardíaca e respiração artificial. No caso de fratura no crânio, os procedimentos devem ser os mesmos, mas com o cuidado de não movimentar a cabeça da vítima, de jeito nenhum. Providencie transporte adequado e atendimento médico assim que tiver terminado a imobilização. Lembre-se de que a vítima sempre deve ser transportada deitada. Durante o transporte, peça ao motorista para evitar freadas bruscas ou buracos, que poderão agravar o estado da vítima.

Cãibra

O estímulo nervoso possui determinada eletricidade que, em contato com uma substância gelatinosa que banha o músculo, encaminha uma partícula de cálcio para dentro das fibras; o cálcio, então, ativa enzimas próprias do músculo que quebram a ATP. A única questão é haver moléculas de ATP em quantidade suficiente. Existem três fontes de ATP. A primeira seria uma espécie de estoque particular do músculo. A segunda é a glicólise: reações dentro do músculo transformam a glicose das fibras ou trazidas pelo sangue em ATP e ácido láctico. Esta é uma substância inibidora que, ao se acumular nas fibras, causa tanta dor que a pessoa não agüenta mais contrair o músculo.

Esse processo produz grande quantidade de energia, mas por tempo limitado. Por isso, é um metabolismo para atividades que exigem velocidade. Os atletas atenuam os efeitos do ácido láctico e por isso suportam melhor um acúmulo de da substância. Mas quem não é atleta cede a dor e logo pára. Do contrário, corre o risco de sentir uma cãibra. Nesses casos de cãibra, dá-se açúcar (glicose) para o paciente, para que rapidamente acabe com a cãibra.

A Cãibra também atacam em plena madrugada, quando se está quieto, dormindo. Mas aí, o problema é neurológico, uma ordem equivocada para o músculo se contrair a toda velocidade, provocada muitas vezes por estresse psicológico.

Situações vitais

O que fazer em caso de acidente?

- Dominar rapidamente a situação e prevenir perigos mortais.
- Afastar os feridos dos locais onde estes possam correr perigo (ex. estradas, fogo).

Quando não fôr estritamente necessário nunca se deverá mover um ferido!

- Em caso de acidente de viação deve-se colocar o triângulo de sinalização num local bem visível e usar o colete de sinalização.
- Caso haja necessidade de chamar uma ambulância deverá mandar-se um terceiro. Nunca se deve deixar um ferido sozinho.
- Devem verificar-se o tipo e importância das lesões, controlar o pulso e a respiração do ferido.
- Os feridos graves deverão ser cuidados de acordo os princípios explicados em baixo.

A – Paragem respiratória – desobstruir vias respiratórias, praticar respiração artificial.

B – Hemorragias – colocar o ferido numa posição correcta; aplicar atadura que impeça a hemorragia.

C – Estado de choque – tomar medidas preventivas: alívio da dor; repouso; protecção do frio.

Na maioria das situações, excepto nos casos de suspeita de fractura da coluna vertebral ou do pescoço, deverá colocar a vítima na posição lateral de segurança (PLS). Posição Lateral de Segurança

1 – Vire o corpo da vítima inconsciente, mas ainda a respirar, para a posição lateral de segurança, o que impedirá que sangue, saliva ou a língua obstruam as vias respiratórias.

2 – Estenda ao longo do corpo da vítima o braço que ficar mais perto de si. Cruze o outro braço sobre o peito. Cruze a perna mais afastada sobre a que está mais próxima.

3 – Ampare a cabeça da vítima com uma das mãos e com a outra agarre-a pela anca mais afastada.

4 – Vire a vítima de bruços, puxando-a rapidamente para si e amparando-a com os joelhos.

5 – Puxe a testa da vítima para trás, de modo a que a garganta fique direita. Assim, as vias respiratórias manter-se-ão desimpedidas, o que permite que a vítima respire livremente.

6- Dobre o braço que fica mais próximo de si para lhe sustentar o tronco. Dobre a perna mais próxima para servir de apoio ao abdómen. Retire o outro braço de debaixo do corpo.

Quando há fractura de um braço ou de uma perna ou por qualquer motivo esse membro não puder ser utilizado como apoio da vítima na posição lateral de segurança, coloque um cobertor enrolado debaixo do lado ileso da vítima, o que elevará o corpo desse lado e deixará as vias respiratórias desimpedidas.

O Monitor Escolar

O Monitor Escolar tem a função de orientar os alunos quanto às normas da unidade escolar; organiza a entrada e saída dos alunos; zela pela disciplina dos alunos dentro e fora das salas de aula.

O monitor - também chamado, em algumas instituições, de inspetor e bedel - é um dos profissionais mais atuantes na esfera educacional. Ele transita por toda a escola, em geral conhece os alunos pelo nome e é um dos primeiros a serem procurados quando há algum problema que precisa ser solucionado rapidamente.

Contudo, ele nem sempre é valorizado como deveria. Infelizmente, muitos diretores entendem que quem atua nessa função deve apenas controlar os espaços coletivos para impedir a ocorrência de agressões, depredações e furtos, vigiar grupos de alunos, observar comportamentos suspeitos e até mesmo revistar armários e mochilas.

Esse tipo de controle, além de perigoso - pois os conflitos abafados por ações repressoras acabam se manifestando com mais violência -, contribui para reforçar a desconfiança entre a instituição e os estudantes. E uma relação fundada na insegurança fragiliza a construção de valores democráticos, que deveria ser um dos objetivos de todas as escolas.

Como qualquer profissional do nosso meio, os monitores também são educadores e cabe à equipe gestora realizar ações formativas para que eles saibam como interagir com as crianças e os jovens nos diversos espaços (como o pátio, os corredores, as quadras, a cantina, o banheiro etc). Com uma boa formação, eles são capazes de trazer informações importantes sobre a convivência entre os alunos que poderão ser objeto de análise para que o orientador educacional, juntamente com o diretor e a equipe docente, planeje e execute intervenções.

Algumas das atribuições dos monitores que favorecem a análise da convivência são:

- Acompanhar o processo de adaptação dos alunos novos na escola e dos que estão nas séries iniciais de um segmento, sobretudo no início das aulas.

- Analisar o grupo em diferentes contextos: como ele se organiza, os espaços que ocupa, as brincadeiras e os jogos que privilegia no dia a dia.

- Observar os valores que circulam longe do olhar dos professores.

- Investigar as relações de poder existentes entre os alunos, reconhecendo as lideranças e os que se submetem a elas.

Além de capacitá-los a examinar as relações interpessoais, é imprescindível que a formação contemple também o aprendizado sobre como agir em momentos de conflito. Os monitores contribuem para evitar brigas quando atuam com ética e promovem ações educacionais para ajudar as crianças a lidar com as divergências e os desentendimentos.

Quanto mais os monitores souberem do projeto político-pedagógico da escola, mais eles se sentirão parceiros na Educação dos alunos e atuarão como tal.

Para tanto, devem ser convidados a participar das reuniões de planejamento e das decisões que envolvem toda a equipe. Ao mesmo tempo, os encontros deles com a equipe de direção podem entrar na rotina, pois assim se cria um canal de comunicação em que eles se sintam seguros para expor as dúvidas, explicitar as incertezas e discutir os acontecimentos.

Escolas que optam por formar monitores capazes de favorecer a segurança dos alunos e atuar na prevenção e intervenção de situações delicadas estão no caminho certo para promover a melhoria das relações de convivência.

Na constituição federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação. A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estado e municípios, conforme transcrição abaixo: Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: ... VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).

NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LEI Nº 9.394/96 (com acréscimo da Lei nº 10.709/2003)

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: ... VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).

Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de: ... VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003). A Lei

nº 10.709 foi instituída com o escopo de alterar a Lei nº 9.394/96, incluindo nos artigos 10 e 11 os incisos VII e VI para determinar competência aos estados e municípios em garantir o transporte para os alunos de suas respectivas redes de ensino.

Vale destacar que o artigo 3º desta lei possui um dispositivo de suma importância para negociações entre os estados e municípios, de forma a prestar um atendimento de qualidade a todos os alunos que precisam do transporte para ter garantido o seu direito à educação. Art. 3º Cabe aos estados articular-se com os respectivos municípios, para prover o disposto nesta lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

NA LEI nº 9.503/97 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Art. 21. Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

NA LEI nº 10.880/04

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

– PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

- FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios,

observadas as disposições desta Lei (redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009).

NA RESOLUÇÃO FNDE nº 12/11

Art. 2º O PNATE consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação executa atualmente dois programas voltados ao transporte de estudantes: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o programa Caminho da Escola, que visam atender alunos da rede pública de educação básica, preferencialmente residentes na zona rural. Cabe ressaltar que estes programas do governo federal têm caráter suplementar e visam, prioritariamente, o atendimento do estudante de zona rural. Contudo, as leis citadas anteriormente (CF 88, LDB e 10.709/03) não fazem distinção entre aluno residente em zona urbana ou na área rural. Portanto, cabe aos estados e municípios disciplinarem o atendimento ao educando por meio de portarias, decretos e/ou leis estaduais ou municipais, de forma a não prejudicar o acesso do aluno à educação.

O condutor, seja de embarcação ou automóvel, deve ter:

Idade superior a 21 anos.

Habilitação para dirigir veículos na categoria D.

Se pilotar embarcações, deve ser habilitado na Capitania dos Portos.

Ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos.

Ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar.

Possuir matrícula específica no Detran ou Capitania dos Portos.

Não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos doze meses.

Pré-requisitos do transporte ônibus, micro-ônibus, vans e vw kombi

O veículo deve possuir:

Cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros.

Uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor.

Seguro contra acidentes.

Para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso.

Registrador de velocidade (tacógrafo), que é um aparelho instalado no painel do veículo que vai registrando a velocidade e as paradas do veículo em um disco de papel.

Os discos devem ser trocados todos os dias e guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao Detran por ocasião da vistoria especial.

Apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra Escolar na cor preta.

Todo veículo que transporta alunos deve ter uma autorização especial, expedida pela Divisão de Fiscalização de Veículos e Condutores do Detran ou pela Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran).

A autorização deve estar fixada na parte interna do veículo, em local visível. Além das vistorias normais no Detran, o veículo que transporta alunos precisa fazer mais duas vistorias especiais (uma em janeiro e outra em julho), para verificação específica dos itens de segurança para transporte escolar.

Os alunos podem ser transportados em embarcações nas localidades onde o transporte fluvial ou marítimo (rios, lagos, lagoas, oceano) for necessário. Todas as embarcações usadas no transporte escolar devem estar equipadas com coletes salva-vidas na mesma proporção de sua capacidade, ter registro na Capitania dos Portos e manter a autorização para trafegar em local visível. Recomenda-se, ainda, que a embarcação possua:

Cobertura para proteção contra o sol e a chuva;

Grades laterais para proteção contra quedas;

Boa qualidade e apresentar bom estado de conservação.

O Código Brasileiro de Trânsito (CBT) determina que as vans ou ônibus tenham identificação na lateral, disponibilidade de cintos de segurança em número igual ao da sua lotação e equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo.

Além disso, os veículos devem passar por inspeções semestrais para a verificação dos equipamentos obrigatórios e dos itens de segurança.

Quanto aos motoristas, é preciso ter 21 anos ou mais, ser habilitado na categoria D, não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infração média, nos últimos 12 meses, além de ter sido aprovado em curso específico para a atividade.

Também é obrigatório realizar exame psicotécnico com aprovação especial para o transporte escolar e apresentar, previamente, certidão negativa relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos, junto ao órgão responsável pela respectiva concessão ou autorização.

Um estudo realizado recentemente pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), que detalha a situação do transporte escolar no Rio Grande do Sul, desaconselha a oferta de passagens em linhas de transporte coletivo urbanas, já que este recurso pode expor os alunos a um serviço sem os requisitos técnicos e os cuidados especiais necessários.

A distância de casa até a escola costuma ser um dos grandes agravantes quando o assunto é evasão escolar. Sem linhas acessíveis de transporte coletivo, muitas crianças deixam de frequentar as salas de aula pela falta de condições e segurança para estudar.

O acesso à educação é, inclusive, uma garantia da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, que também determina que município e estado atuem de forma prioritária, fornecendo o transporte escolar gratuito ou meios para que os alunos cheguem até as escolas.

O problema é ainda maior nas áreas rurais que nem sempre possuem escolas, ou quando possuem, apresentam classes limitadas ao ensino fundamental, por exemplo.

O município e o estado devem fornecer garantias para que os educandos tenham acesso e atendimento necessário em todas as etapas da educação básica. Diante da necessidade de oferecer e garantir o acesso ao transporte escolar, a gestão municipal ou estadual, principalmente as Secretarias de Educação, precisam encontrar formas eficientes para gerir os recursos e controlar a forma como este serviço será prestado à população.

Esse gerenciamento deve ser realizado de forma profissional, de preferência por um software atualizado e que supra todas as necessidades relacionadas ao serviço. O administrador público precisa de facilidades para controlar e monitorar itens como veículos, apólices de seguros, alunos que utilizam o

sistema e motoristas. Além disso, a Educação deve ser capaz de vincular os usuários às suas principais linhas e, por meio de relatórios, identificar quantos e quais alunos que utilizam o sistema, sejam eles da rede estadual ou municipal.

A emissão das carteirinhas do transporte escolar e a possibilidade de impressão de relatórios cadastrais e de controle devem complementar o leque de opções que o software deve oferecer. Outra grande vantagem de um bom software é a possibilidade de garantir a transparência do uso do dinheiro público. Ou seja, o sistema só pode ser considerado completo se for capaz de fornecer o total controle dos usuários e veículos da sua entidade.

O controle do transporte escolar não é o único meio de assegurar o acesso a uma educação justa e inclusiva, mas, certamente, é um dos itens que devem ser considerados e levados a sério pela gestão da educação pública.

Pensar em segurança quando se trata de transporte escolar e transporte de crianças não é absurdo querer sempre a maior possibilidade de segura para a criança ou passageiro escolar, pois quem é que ficará tranquilo sabendo que os transportes escolares que seus filhos utilizam todos os dias não possuem a segurança necessária que é exigida, ou ainda qual responsável não se importará em adequar sua condução para o transporte de crianças, para que se tenha uma segurança maior e sem maiores preocupações.

Em relação ao transporte escolar o Código Nacional de Trânsito determina que os veículos destinados à condução coletiva de escolares devem ser autorizados pelos Detrans estando em conformidade aos seguintes requisitos:

- 1) registro como veículo de passageiros;
- 2) inspeção duas vezes ao ano, para verificação dos itens obrigatórios e de segurança;
- 3) uma faixa amarela com a inscrição “ESCOLAR”, à meia altura e em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria;
- 4) equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;
- 5) lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha, na extremidade superior da parte traseira;
- 6) cintos de segurança em número igual à lotação do veículo;

Não somente o veículo possui suas obrigações a cumprir, mas também o condutor do transporte coletivo precisa obrigatoriamente ser maior de 21 anos; ser habilitado na categoria D; não ter cometido nenhuma infração gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os 12 últimos meses e deve ser aprovado em curso de especialização.

Já para o transporte de crianças o Código Brasileiro de Trânsito determina que, em veículos de passeio, as crianças devem obrigatoriamente ser transportadas no banco traseiro até os 10 anos de idade, não deixando de utilizar o cinto ou algum dispositivo de retenção, as conhecidas cadeirinhas. Para os bebês que possuírem um ano de idade precisaram ser transportados em um assento em formato de uma concha, onde deve estar posicionada no sentido contrário ao do veículo. Para crianças entre 1 e 4 anos, devem ser colocadas nas cadeirinha.

Aos maiores de 4 á 7 anos e meio se utilizarão de um assento de elevação, que já possibilita o uso do cinto do próprio veículo e crianças com 10 anos já puderam utilizar-se apenas do cinto.

Bebê Conforto – São usados por crianças até 10 a 15 kg, alguns modelos possuem uma base que permite permanecer no veículo e o bebê conforto é encaixado ou retirado da base.

Assentos infantis conversíveis (cadeirinhas) – possui maiores limites de peso e estatura para que as crianças sejam posicionadas voltadas para a traseira do veículo sendo, portanto úteis para bebês maiores.

Assento de apoio – utilizados para adaptar a criança na altura correta do cinto de segurança do carro.

O transportador pode ser proprietário de apenas um ônibus escolar ou dono de uma frota direcionada ao transporte de estudantes, possuindo muitas vans escolares para isso. Em linhas gerais ambos possuem necessidades bem similares, evidentemente, outros aspectos são diferentes.

Normalmente, no caso do transporte escolar, o transportador vai à casa de todos seus clientes (usuários) que, normalmente, moram em uma mesma região. Isso quer dizer que seus usuários estão dispersos geograficamente.

A primeira tecnologia ideal para um transportador é a roteirização que, resumidamente, é uma ferramenta que cria rotas mais curtas possíveis entre diferentes pontos baseados em sua dispersão geográfica.

Isso significa que o transportador que utiliza a roteirização sempre vai realizar o embarque de seus usuários no menor tempo e na menor distância possíveis, além de reduzir a emissão de poluentes do veículo.

Através dessa tecnologia é possível reduzir custos com combustível e manutenções veiculares, pois, permite planejar qual a melhor forma de embarque dos usuários, criando estratégias otimizadas de embarque e alocação.

Outra tecnologia importante, sobretudo no que diz respeito ao controle e acompanhamento dos usuários é o controle de acesso embarcado. Por meio dessa tecnologia, é possível saber quem são os usuários que mais usam seu serviço, verificar ociosidades e desenvolver estratégias para retenção e auditoria de clientes.

Tipos de transporte escolar

O transporte de crianças, jovens e até mesmo adultos para os centros de ensino pode ser feito com veículos específicos e de acordo com as características da demanda e estrutura do transportador.

Van escolar

A van escolar é uma das formas mais populares empregadas no transporte escolar. Normalmente, atende a um grupo menor de usuários, que moram em uma mesma região e estudam ou no mesmo local ou em locais próximos entre si.

Ônibus escolar

O ônibus escolar, assim como a van, é outra forma muito popular de transporte empregado no contexto estudantil. Sua capacidade é maior, por isso, destina-se a um público maior em relação aos atendidos pelas vans e, quase sempre, atendem usuários de bairros e regiões mais distantes, porém, não tão distantes entre si.

Transporte universitário

Destinado ao público universitário, normalmente feito através de vans, difere em relação à prestação de serviço, justamente pela especificidade do público atendido, horário da prestação de serviço e distâncias percorridas.

Dentre os listados, é aquele que percorre a maior distância, isto é, é muito utilizado para transporte entre cidades próximas suprimindo a necessidade de universidades e universitários

A escolha do transporte escolar de crianças e adolescentes requer alguns cuidados.

O veículo e o motorista que prestam serviço de transporte escolar devem ser credenciados na prefeitura e apresentar certificado do curso de treinamento para transporte de Crianças com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

O transporte escolar – que pode ser feito por autônomos, empresas ou escolas – deve ser devidamente credenciado no estabelecimento de ensino. Caso a escola possua transporte próprio ou mantenha convênio com algum motorista ou empresa, este deve ser optativo.

outras pessoas que já tenham utilizado o serviço e cheque com o Sindicato dos Transportadores ou com o próprio Detran;

observe como o motorista recepciona as crianças na porta da escola; analise as condições de higiene, conforto e segurança do veículo; certifique-se da presença de um cinto de segurança para cada ocupante e do limite de abertura das janelas, que não devem abrir mais do que 10 cm;

verifique se há outro adulto acompanhando as crianças, além do motorista no veículo; cheque como é feita a cobrança do serviço (um valor anual, cobrança mensal, se o serviço é cobrado durante os meses de férias etc.); pergunte se o serviço pode ser prestado fora dos meses normais, em caso de recuperação do aluno;

questione se há desconto para irmãos (mais de uma criança saindo do mesmo endereço). Se não houver, tente negociar; solicite o número do telefone celular do condutor e/ou acompanhante, se houver, para eventual necessidade de contato ao longo do percurso.

No contrato é preciso constar por escrito tudo o que for combinado entre as partes, principalmente a identificação e o telefone, bem como as condições gerais do contrato, como período de vigência; horário e endereço de saída e chegada; valor da mensalidade; data e forma de pagamento; índice e forma de

reajuste; percentual de multa e encargos por atraso no pagamento e condições para rescisão antecipada.

Em caso de falta do aluno a possibilidade de desconto proporcional no preço é uma questão a ser combinada, não existindo obrigatoriedade. Entretanto, se houver algum problema com o veículo ou com o condutor, o serviço deverá ser prestado através de outra condução/motorista, com as mesmas normas de segurança.